



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS MARCOS DO CAPITAL: REFLEXÕES A PARTIR DA “COLEÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO”

Cassiana Mendes dos Santos Almeida*
(UESB)

Vânia Marques Pinto**
(UESB)

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma atividade avaliativa da disciplina Concepções e princípios da Educação do Campo do Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. O objetivo do mesmo é traçar uma reflexão a partir dos cadernos da “Coleção Por Uma Educação do Campo” no sentido de compreender como a Educação do Campo tem se desenvolvido nos marcos do Capital. Essa reflexão está pautada a partir da compreensão dos avanços alcançados ao longo dos anos e dos desafios que se estabelecem a partir das conquistas.

PALAVRAS-CHAVE: Coleção Por Uma Educação do Campo. Educação do Campo. Capital.

INTRODUÇÃO

Partindo da necessidade de problematizar algumas questões referentes às desigualdades que estão presentes até os dias atuais em nossa sociedade com relação às populações camponesas, em especial o caso da educação, nos propomos neste artigo a refletir sobre algumas concepções presentes nos cadernos da “Coleção Por Uma Educação do Campo” que levaram um avanço para a Educação destinada aos camponeses e legitimaram desafios ainda maiores, não só para a classe trabalhadora que vive no campo, mas também para todos aqueles que estão comprometidos na luta por educação pública e de qualidade.

* Licenciada em Pedagogia – UNEB/Campus XVI. Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial – UFRB/CFP. Mestranda em Educação do Campo – UFRB/CFP. Bolsista pela FAPESB. Membro do CEPEHU. E-mail: cmsa_cassiana@yahoo.com.br.

** Licenciada em Pedagogia da Terra – UNEB/Campus XVII. Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial – UFRB/CFP. Especialista em Fundamentos Sociais e Políticos da Educação – UESB. Mestranda em Educação do Campo – UFRB/CFP. E-mail: van.inha@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A “Coleção Por Uma Educação do Campo” composta por 7 cadernos tem relevância fundamental na formulação da proposta da Educação do Campo do Brasil, haja vista que nela consta a sistematização dos principais debates travados por educadores, educadoras e movimentos sociais que se uniram a fim de lutar por uma educação específica para os trabalhadores do campo. Os textos presentes na Coleção têm como finalidade “alimentar a reflexão, motivar a mobilização das bases e favorecer o intercâmbio de experiências” (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 06), representando assim, um grande avanço no sentido de reconhecer que ao longo da história o acesso à educação foi negado aos camponeses. Lidos por inúmeros/as pesquisadores/as e educadores/as que se interessam na discussão da Educação do Campo, faz-se necessário compreender quais os conceitos e categorias mais pertinentes ao longo da construção desses cadernos.

O presente texto é fruto de uma das atividades avaliativas da disciplina *Concepções e Princípios da Educação do Campo* do Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Com a necessidade em entender os debates presentes nos 7 Cadernos da “Coleção Por Uma Educação do Campo”, os estudantes foram agrupados em duplas, sendo que cada uma destas tinha a responsabilidade em apresentar um dos Cadernos e fazer uma resenha do mesmo.

Este artigo foi construído a partir de leituras minuciosas e dos debates em sala de aula, portanto é uma análise bibliográfica dos referidos cadernos e tem como objetivo fazer um breve balanço dos conceitos que contribuíram para o desenvolvimento da Educação do Campo no Brasil, mostrando assim, os avanços e os desafios dessa luta, nos marcos do Capital.

“Coleção Por Uma Educação do Campo”

2.1 O que dizem os Cadernos...

O **caderno 1**, publicado em 1998, é organizado por Edgar Kolling, Ir. Israel Nery e Mônica Molina tendo como título: *Por Uma Educação Básica do Campo*. Traz



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

a síntese da “I Conferência Nacional: Por Uma Educação Básica do Campo”, realizada no mesmo ano, em que teve o objetivo de questionar o silenciamento de políticas educacionais para o campo, concretizando a parceria entre educadores e educadoras com movimentos sociais, fato importante para a desmistificação dos preconceitos históricos criados acerca do campo, defendendo assim, a valorização do campo.

De acordo com o texto, a Conferência foi importante no sentido de envolver temas pertinentes com a participação de movimentos sociais e organizações do campo brasileiro a fim de “recolocar o rural, e a educação que a ele se vincula na agenda política do país” (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 14).

Os principais conceitos tratados são: educação, educação básica, campo, contexto, agricultura familiar e agroecológica, segurança alimentar, reforma agrária e desenvolvimento social. Para contribuir na efetivação desses conceitos, a escola do campo precisa assumir três compromissos: ético/moral; intervenção social; cultura do povo do campo. Quanto à metodologia defendida, consta a Educação Popular como orientadora da prática educativa, garantindo assim que os currículos contemplem a realidade do campo enquanto conteúdos formativos.

Assim o desenrolar da Conferência se deu na tentativa de pautar a educação do campo com práticas de educação básica aliada a um projeto popular de desenvolvimento nacional, valorização cultural, políticas públicas, acesso à alfabetização, construção de uma proposta de educação básica, envolvimento das comunidades.

O **caderno de número 2** intitulado “*A educação básica e o movimento social do campo*” é composto por duas partes: a primeira refere-se a uma palestra conferida por Miguel Arroyo - Educação Básica e Movimentos Sociais do Campo - na I Conferência Por Uma Educação Básica do Campo em 1998; a segunda trata-se do texto Por Uma Educação Básica do Campo de Bernardo Mançano Fernandes.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Arroyo (1998) problematiza a educação do campo articulada à vivência coletiva dos grupos sociais (movimentos) e o vínculo com a terra como fatores preponderantes para serem mediados pela escola. Já Fernandes (1998) apresenta a luta dos camponeses por uma educação básica do campo, evidenciando a relação entre campo e a cidade, os camponeses na sociedade moderna e elementos da luta pela educação. Também traz evidências contrárias a afirmação da extinção da agricultura camponesa.

Esse caderno reafirma a necessidade de um projeto de educação do campo que valorize a vida camponesa e uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da vida, sem perder de vista o vínculo das lutas sociais e da terra.

O **caderno 3** - *Projeto Popular e escolas do campo* - organizado por César Benjamin e Roseli Caldart foi construído com o objetivo de dar continuidade ao debate sobre a Educação Básica do Campo. O foco é a reflexão sobre um projeto popular para o Brasil construído pelo povo e a inserção das escolas do campo nesse projeto.

Conforme o texto, um projeto popular para o Brasil seria a construção por parte do povo de um projeto baseado na soberania, na solidariedade, no desenvolvimento, na sustentabilidade e na democracia popular. Dessa forma, haveria alteração no sistema de poder que comanda o país. A escola do campo, desde que seja tratada com compromisso e reconhecida como uma nova prática educativa realizada a fim da transformação do campo pode ajudar nessa construção, pois se o campo do Brasil está em movimento, a educação do campo está sendo produzida neste movimento.

Conforme os autores, a educação do campo quando vinculada à luta pela terra se articula à vida. Alternância, escolha, cultura, trabalho e produção, terra, organização coletiva e luta social são elementos que estão presentes no projeto de educação almejado pelos camponeses. Esse novo jeito de educar, leva em conta o conjunto das dimensões da formação humana e ajuda na construção da identidade



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

do campo. Para os autores é o movimento dos povos do campo que faz a escola do campo.

O **caderno 4**, organizado por Edgard Kolling, Ricardo Cerioli e Roseli Caldart trata da *Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas*, mostrando o engajamento dos movimentos sociais na luta pela efetivação da educação do campo e a ênfase na luta por políticas públicas específicas para a educação desenvolvida no campo brasileiro. A partir desse caderno a coleção passa a ser chamada “Por Uma Educação do Campo” por conta do entendimento de que os povos camponeses necessitam também ter acesso ao Ensino Superior. Esse é um dos grandes avanços presente nesse caderno.

Um dos maiores desafios para a Educação do Campo a partir desse momento é a afirmação da identidade dos camponeses e o estabelecimento de políticas públicas num governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores. A essa nova gestão é depositada a esperança de mudança do campo e o estabelecimento da reforma agrária tão sonhada pelos camponeses.

Os autores defendem a construção da identidade camponesa associada a um projeto educativo que garanta o acesso de todos à educação, portanto a mobilização do povo e a reflexão político-pedagógica da educação do campo a partir de práticas já existentes são imprescindíveis no avanço da Educação do Campo.

É nesse caderno que se encontra o parecer 36/2001, o qual trata dos elementos que comprovam a necessidade do estabelecimento das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo. Com ele, a relatora Edla Soares confirma a existência do desenvolvimento de práticas educativas no campo que precisam ser reconhecidas e aprimoradas para o desenvolvimento do campo. Fala da Educação Indígena e a aproximação com a Educação do Campo: valorização dos sujeitos, da cultura e dos saberes.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Contribuições para a Construção de um projeto de Educação do Campo é o título do **caderno de número 5**. Organizado por Mônica Molina e Sônia Meire de Jesus é a segunda publicação da Coleção após as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo” serem estabelecidas e publicadas, por isso se constitui num material pedagógico e político que apresenta dois grandes desafios: um de origem da práxis e outro de origem teórico.

O caderno aponta a urgência do avanço na clareza teórica e a construção de um paradigma contra-hegemônico da educação do campo. O fato do projeto político pedagógico da educação do campo está em construção deve garantir que a classe trabalhadora do campo participe do processo, e não que receba um pacote pronto. Na perspectiva dos textos fica claro que o campo da Educação do campo apresenta dois paradigmas: a) um no âmbito do capitalismo e, b) outro no âmbito das organizações de luta pela terra. É neste último cenário que surge o paradigma da Educação do Campo, pois nasce da luta pela terra e pela reforma agrária e compreendem campo e cidade como espaços que se complementam.

No referido caderno, é enfatizado que os movimentos sociais tem feito um esforço em pautar a Educação do campo na agenda pública. Faz-se necessário romper com a ideia de um campo esvaziado de gente, pois é com isso que justifica-se a ausência de uma política educativa. Importante lembrar que não é uma educação pautada nas ideias mercantis que defendem esvaziamento crítico, nucleação das escolas, deslocamento de estudantes para a cidade, condições mínimas para as escolas do campo. A educação do campo precisa ser pautada num viés emancipatório com o fim de atingir a formação humana e para isso precisa de compromisso e condições materiais que atendam as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

O **caderno 6** – *Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo: 1º Encontro do PRONERA na Região Sudeste* – foi organizado por Erineu Foerst,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Gerda Foerst e Laura Duarte com o objetivo de contribuir para o aprofundamento dos debates sobre a construção coletiva do PPP da Educação do Campo.

A Educação do Campo nesse caderno é mais do que uma teoria pedagógica: aponta uma visão de campo, uma mudança na concentração fundiária brasileira. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA é um instrumento de inclusão social, desenvolvimento rural sustentável, democratização da Educação do Campo e organização do tempo escola/comunidade.

É a partir das lutas e discussões coletivas dos sujeitos do campo que a educação se reflete. Isso exige desconstruir paradigma hegemônico de desenvolvimento bem como de educação imposta aos trabalhadores do campo. Respeito às diversas manifestações culturais. Se não existe neutralidade na educação capitalista, os sujeitos do campo é quem devem decidir sobre as questões do campo.

O **caderno 7**, organizado por Clarice Aparecida dos Santos e intitulado *Educação do Campo: campo - políticas públicas - educação* é a sistematização dos temas debatidos no III Seminário Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. O objetivo do caderno foi apresentar o programa e reconhecê-lo como direito social das populações do campo. Este caderno é composto por 7 textos e serviu para afirmar a legitimidade do PRONERA, defendendo a Educação do campo na perspectiva camponesa e não sob os moldes capitalistas.

2.2 Nosso olhar sobre os Cadernos...

À medida que fomos estudando os cadernos, percebemos que eles podem ser agrupados em três momentos: a) No primeiro, reúne textos que anunciam a construção de uma nova concepção de educação das populações do campo, sendo essa construída com os camponeses, nascendo de suas experiências e de sua identidade, rompendo assim com o paradigma da educação rural imposta pelas elites e construindo a proposta da educação do campo. Então, além de anunciá-la



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

existe a preocupação de legitimá-la; b) No segundo momento, é incorporado ao debate, um marco legal com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. Com isso reafirma-se a necessidade da construção de um projeto político-pedagógico para a educação do campo, pautado num modelo de desenvolvimento social que considere o camponês praticante de um trabalho associado, coletivo e que acima de tudo tenha a agroecologia como norteadora da produção camponesa; Já no terceiro momento, os textos são a sistematização sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, especificamente sobre os diálogos do I Encontro do PRONERA na região Sudeste e do III Seminário Nacional do PRONERA. Estes cadernos apresentam as experiências, o crescimento e consolidação da educação do campo nos assentamentos ao mesmo tempo em que defende o programa enquanto direito da população do campo, das áreas de reforma agrária.

Nessa trajetória do movimento “Por uma educação do campo”, é possível afirmar que os escritos dos cadernos se traduzem nas vivências e paradigmas da educação do campo a cada período, alguns avanços podem ser notados: luta por uma educação que valoriza o saber popular; o estabelecimento das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e; alguns cursos de formação de professores do campo. O nascimento da proposta condiz com o rompimento de um modelo social explorador, qual seja o capitalismo. Entretanto, apesar de a luta ser vinculada à ruptura do Capital, nos últimos anos esse debate tem sido arrefecido, em prol da conquista de direitos. Muitos foram os avanços, mas alguns desafios ainda perduram no estabelecimento de uma educação de qualidade e emancipatória para os trabalhadores do campo. Podemos citar algumas: fechamento de escolas no campo; formação precária dos/as educadores/as que atuam nas escolas do campo; condições básicas, como energia elétrica, material didático e merenda escolar.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Por se tratar de um artigo, não é possível aprofundar em todos os elementos presentes nos textos. Por isto, no próximo tópico aprofundaremos em apenas um desafio que a Educação do Campo precisar dar conta: a efetivação de uma educação emancipatória, que contemple a formação humana em todos os níveis, nos marcos da sociedade capitalista.

1. A Educação do Campo nos marcos do Capital

Como demonstra os cadernos estudados, ao longo da história, no campo brasileiro, a educação aparece relacionada às políticas assistencialistas que beneficiaram o desenvolvimento do agronegócio, que impôs sistemas complexos de cultivo, utilizando a irrigação, fertilizantes e agrotóxicos, em prejuízo a agricultura familiar, que tinha acesso mínimo à aquisição de terras, crédito e subsídio técnico.

Em contraposição a essa prática educacional, surge a Educação do Campo. Vinculada aos Movimentos Sociais, que lutavam por uma organização social contrária, àquela proposta pelo Capital, a nova proposta nasceu a partir das necessidades da classe trabalhadora do campo, que na conjuntura vivenciada, enfrentava uma situação crítica, haja vista que a luta pela terra e os anseios pela reforma agrária era sua principal pauta. Conforme Martins, essa reforma agrária, proposta pelos movimentos sociais, vai além do acesso a terra:

Querem mais que a reforma agrária encabrestada pelos agentes de mediação. Querem uma reforma social para as novas gerações, uma reforma que reconheça a ampliação histórica de suas necessidade sociais, que os reconheça não apenas como trabalhadores, mas como pessoas com direito à contrapartida de seu trabalho, aos frutos do trabalho. *Querem, portanto, mudanças sociais que os reconheçam como membros integrantes da sociedade.* Anunciam, em suma, que seus problemas são problemas da sociedade inteira. Que a derrota política de seus agentes de mediação não os suprime historicamente. A falta da reforma agrária não acaba com o camponês, com o pequeno agricultor, com o trabalhador rural. Ao contrário, multiplica as responsabilidades das elites políticas porque suprime uma alternativa de integração política social e econômica de milhões



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

de brasileiros que vivem no campo, em condições cada vez mais difíceis (MARTINS *apud* FERNANDES, 2000, p.21 – grifos nossos).

Como visto, é uma proposta de mudança no jeito de produzir a vida, isto é, uma mudança social, que contempla diversas esferas, inclusive a Educação. No entanto, como o próprio nome já expressa: trata-se de uma *reforma*. Não se faz menção à uma revolução social. Como mostra Rosa Luxemburgo (2010), a revolução tem sido suprimida pela necessidade (criada pelo capital) de realizar ações imediatas, ou seja, de reformar as estruturas a fim de paliar algumas situações emergentes, vividas pelos trabalhadores.

Com a imposição das forças produtivas, nem mesmo a reforma agrária se efetivou. Porém, algumas terras foram sendo ocupadas e os trabalhadores e as trabalhadoras se deram conta de que era necessário que, nas áreas de acampamentos e assentamentos, houvesse escolas para atender seus filhos e filhas. Apesar de não alterar a ordem vigente, algumas melhorias chegaram para o Campo junto com essas conquistas da educação: reconhecimento da identidade dos povos do campo, diretrizes orientadoras das escolas básicas, alguns programas de formação, a exemplo do PRONERA, cursos de formação de professores, a exemplo das Licenciaturas em Educação do Campo, dentre tantas outras coisas boas.

No entanto, essas conquistas tem se esbarrado em alguns consensos entre movimento social e Governo. E esses consensos contribuem concretamente para o enfraquecimento da luta dos movimentos sociais, já que estes passam a ser os responsáveis por apontar as saídas na resolução dos problemas. Na medida em que eles assumem o papel de executor de políticas setoriais, eles se afastam da sua tarefa primária: o rompimento com a ordem do Capital. Em *Reforma ou revolução?*, Rosa Luxemburgo mostra que as reformas sociais são nada mais que as políticas de compensações.

No atual estado de coisas, consideram a *luta sindical e a luta parlamentar como meios de dirigir e educar pouco a pouco o*



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

proletariado, tendo em vista a conquista do poder. Segundo a concepção revisionista, dada a impossibilidade e inutilidade dessa conquista do poder, devem a luta sindical e a luta parlamentar ter em vista exclusivamente resultados imediatos, isto é, a melhoria da situação material dos operários, além da redução por etapas da exploração capitalista e extensão do controle social (LUXEMBURGO, 2010, p. 59-60 – grifos nossos).

A tarefa de se ater aos resultados imediatos exige uma nova configuração à educação: os trabalhadores são orientados, nos espaços educativos, a lutar pela participação nas decisões políticas, conquistando o controle social. Dessa forma, abandona-se a luta pela superação do Capital em prol de melhorias em determinadas esferas. Isso se deve ao fato da transferência dos serviços públicos fundamentais do Estado para as organizações. Apesar de permitir um pequeno avanço para o Campo, essas negociações serviram também para arrefecer as lutas contra o Capital.

Os cadernos demonstram que o foco da educação do campo tem se desvinculando de um projeto revolucionário e cada vez mais se aproximando da luta pela garantia dos direitos humanos. Isso é um risco, pois como mostra Ivo Tonet, a luta por direitos humanos pode ser uma luta limitada, já que tem sido uma categoria apropriada pelo Capital a fim de afastar as pessoas da luta pela superação dele. Ao invés da ruptura com um modo de produção explorador, tem utilizado os direitos humanos, como instrumento na luta por aquilo que é mais fundamental para a pessoa humana. Isso é um dos aspectos positivos da luta pelos direitos humanos, mas como alerta Tonet (2007):

(...) os direitos humanos têm, sim, um caráter burguês. São direitos, como todos os outros, que integram a sociabilidade que se ergue sobre os alicerces do capital, da propriedade privada. Nem por isso são menosprezáveis agora nem suprimíveis no socialismo, a não ser por via social. Pois, se de um lado, eles contribuem – independentemente das intenções que o defendem – para a reprodução da sociedade capitalista, de outro, eles também possibilitam a defesa e a ampliação do espaço de realização do



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

indivíduo e, portanto, do gênero humano nesta mesma sociedade. De modo que a luta pelos Direitos Humanos, como pelo conjunto das objetivações democrático-cidadãs, não só é válida como pode ter um papel muito importante. Mas é preciso ter claro que ela pode ter um caráter reformista ou revolucionário. Terá um caráter reformista e, portanto, contribuirá para a reprodução desta ordem social desumana se tiver como fim último o aperfeiçoamento da cidadania e da democracia. Terá um caráter revolucionário se tiver clareza quanto aos seus limites e se estiver articulada com lutas clara e radicalmente anticapitalistas (TONET, 2007, p. 14).

É nesse viés de discussão que a luta pela Educação do Campo necessita ser pautada. Conquistar os direitos é uma etapa importante para o avanço do Campo, entretanto não pode ser a luta fim. Como visto acima, precisamos lutar por uma sociedade diferente da Capitalista. A impressão que nos fica, após a leitura dos cadernos é de que alguns apontamentos da Educação do Campo correm riscos de cair nas armadilhas do Capital. Por isso, faz-se necessário que nos atentemos para alguns desafios que aparecem nesse caminho, para que possamos fazer das conquistas um horizonte para o rompimento com esse modo de exploração social desumano.

CONCLUSÕES

Neste breve artigo fica claro que a Educação do Campo, como também a educação da cidade, enfrenta sérios problemas, os quais residem no modelo de desenvolvimento adotado, qual seja, o capitalismo. Apesar dos avanços demonstrados nos textos da “Coleção Por Uma Educação do Campo”, vários elementos ainda limitam a efetivação de uma educação universal de qualidade para os trabalhadores, representando assim desafios para o caminhar da educação camponesa.

Com a reflexão traçada ao longo dos textos estudados, foi possível perceber que as causas que levaram à necessidade de uma educação do campo não são somente de localização, mas sim de uma concepção de mundo e de



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

desenvolvimento, pautada no lucro, na exploração do trabalho humano e, conseqüentemente, na exclusão social.

Por tudo isso, inferimos aqui que os encaminhamentos políticos não podem incidir apenas no desenvolvimento de ações gerenciadas para a sobrevivência no campo, restringindo-se ao desenvolvimento de ações locais e imediatas, sem preocupações significativas com a transformação da realidade. Essas pequenas ações, apesar de bem intencionadas e importantes no viés pedagógico, cultural e político, precisam pautar-se enquanto força contrária ao capitalismo, contribuindo de fato para a organização de uma luta mais efetiva e revolucionária.

Elas esbarram nos limites de uma direção educacional centrada na ausência da crítica ao modo do capital organizar a vida. É preciso frisar ainda, que a educação do campo por si só é insuficiente para a vida no campo, na verdade faz-se necessário transformar essa realidade imposta por um modelo que visa apenas o lucro e não apenas conviver com ela.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs). ***A educação básica e o movimento social do campo***. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo – Caderno 2. Luziânia-GO, 1998.
- BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salette (orgs). ***Projeto Popular e escolas do campo***. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo – Caderno 3. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2000.
- FERNANDES, Bernardes Mançano. ***A Formação do MST no Brasil***. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FOERST, Erineu; FOERST, Gerda Margit Schutz; DUARTE, Laura Maria Schneider (orgs). ***Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo: 1º Encontro do PRONERA na Região Sudeste***. Coleção Por uma Educação do Campo – Caderno 6. Vitória-ES: Programa de Pós-graduação em Educação – UFES, 2008.
- KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão Israel José; MOLINA, Mônica Castagna (orgs). ***Por Uma Educação Básica do Campo***. Caderno 1. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

KOLLING, Edgard Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (orgs). ***Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas***. Coleção Por uma Educação do Campo – Caderno 4, Brasília-DF, 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. ***Reforma ou revolução?*** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (orgs). ***Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo***. Coleção Por Uma Educação do Campo – Caderno 5. Brasília-DF, 2005.

SANTOS, Clarice Aparecida dos (org). ***Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação***. Coleção Por uma Educação do Campo – Caderno 7. Brasília-DF: INCRA; MDA, 2008.

TONET, Ivo. ***Para além dos direitos humanos***. 2007. Disponível em www.ivotonet.xpg.com.br Acessado em 08 de abril de 2013.